

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº DE 2013

(Da Deputada Jandira Feghali)

*Requer apreciação de Moção contra
a desoneração fiscal para o setor
privado de saúde.*

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, que seja apreciada na próxima reunião da Comissão de Seguridade Social e Família pedido de Moção contra a desoneração fiscal para o setor privado de saúde.

Sala da Comissão, em 12 de março de 2013.

Deputada JANDIRA FEGHALI

(PCdoB/RJ)

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

MOÇÃO Nº , DE 2013
(Da Sra. Jandira Feghali)

Em Defesa do SUS, contra a desoneração fiscal para o setor privado.

Nós, deputados e deputadas federais membros da Comissão de Seguridade Social e Família, manifestamos nossa preocupação e posição contrária frente às notícias de que o governo federal estuda um pacote de medidas com origem em propostas de operadores de planos de saúde representados na reunião com a presidente pelos bancos Bradesco, Qualicorp e Amil.

A polêmica se estabeleceu, principalmente porque a proposta envolve desoneração fiscal para o setor privado, reacendendo a luz amarela no Sistema Único de Saúde (SUS). Mesmo sob os argumentos de facilitar o acesso de pessoas a estes serviços, redução de preços, ampliação da rede credenciada e elevação do padrão de atendimento, é preciso um olhar mais atento.

A Reforma Sanitária Brasileira assentou sua construção em intensos debates conceituais e de análise da realidade social. A expressão constitucional vertebraliza-se no SUS, que compõe um sistema de proteção social – a Seguridade Social. Sob a ótica dos direitos sociais e humanos o que se via antes era um sistema de saúde excludente, pautado na concepção de seguro, estabelecido na relação direta entre contribuição, vínculo trabalhista e direito à assistência, deixando à indigência parcelas expressivas da população. O SUS veio para universalizar este atendimento, mas, para tanto, precisa ser adequadamente financiado.

Já o mercado que se pretende expandir com ajuda do Estado, apesar de acusar lucros recordes, não responde, na mesma medida, aos usuários. Os planos de saúde figuram entre os maiores alvos de reclamações do povo brasileiro nos Procons, que cobram somas aviltantes e não conseguem fazer a cobertura adequada. Segundo dados oficiais, essas empresas tem 48,7 milhões de clientes e faturaram, em 2012, mais de R\$ 80 bilhões.

Proliferam planos de saúde pobres para pobres, com prazos de atendimento não cumpridos, poucos especialistas em função dos baixos honorários, número insuficiente de serviços diagnósticos e de leitos, inclusive de UTI, negativas de tratamentos de câncer, de doenças cardíacas e transtornos mentais, redes

reduzidas que impedem o direito de escolha e geram longas filas e imposição de barreiras de acesso, como triagens e autorizações prévias.

Neste contexto, os planos de saúde não aliviam nem desoneram o SUS, pois fogem da atenção mais cara e qualificada. Não são adequados para assistir idosos e doentes crônicos, cada vez mais numerosos. Assim, os serviços públicos funcionam como retaguarda, uma espécie de resseguro da assistência suplementar excludente.

A Constituição Federal estabelece no § 2º do art. 199 ser “*vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos*”. A Lei 9.656/98, que regulamenta o setor, prevê resarcimento das operadoras privadas ao SUS, o que é questionado na justiça por estas, transformando este dispositivo legal em algo ineficaz.

O Sistema público de saúde é a única possibilidade de atendimento para milhões de brasileiros. A totalidade da população a ele recorre no caso de políticas fundamentais, como vacinação e tratamento à Aids. É no SUS onde são feitas as cirurgias de alta complexidade, os transplantes e a maior parte dos tratamentos de câncer. É este Sistema que deve receber recursos compatíveis com esta tarefa e não o contrário: utilizar recursos públicos para subsidiar o setor privado.

Após tantos anos de esforço e construção, devemos reconhecer as dificuldades que ainda são enfrentadas pela saúde pública, mas asfixiá-la em nome do lucro de Mercado nunca foi a solução para a grande maioria da população.

Por tudo isso, manifestamos nosso protesto e apelamos ao Governo para que dê condições ao SUS para que destine recursos suficientes para garantir uma saúde de qualidade aos brasileiros e brasileiras. Mais do que isso, nos posicionamos contra qualquer medida de incentivo ao setor privado, em prejuízo do sistema público de saúde.

Sala da Comissão, em 12 de março de 2013.

Deputada JANDIRA FEGHALI

(PCdoB/RJ)